

PRESIDÊNCIA

29 JUL 1985

Duas realidades na rotina do governo de José Sarney

por Walter Marques
de Brasília

O presidente José Sarney vive hoje duas realidades que se complementam para formar o cenário em que se move o seu governo. Fora do Palácio do Planalto, ele tem sido acolhido com manifestações de simpatia pelo povo. Dentro do Palácio, ele se defronta com os desafios do reajustamento da economia, pressuposto de uma boa negociação com o FMI e os credores da dívida externa.

Na última sexta-feira, ao deixar o Palácio do Planalto para retornar à sua residência oficial, o Palácio da Alvorada, Sarney foi festejado por cerca de mil pessoas, homens, mulheres e crianças que se concentraram na praça dos Três Poderes para ver o presidente descer a rampa na companhia dos chefes dos gabinetes Civil, José Hugo Castelo Branco, e Militar, general Hugo Bayma Denys.

Enquanto o carro do presidente manobrava para tomar o rumo do Palácio da Alvorada, os populares avançaram para o meio da pista que passa defronte do Palácio do Planalto e quando, depois de vários acenos, seu carro partiu, muitos correram tentando alcançá-lo para tocar na mão do presidente. A maioria, no entanto, invadiu a rampa cercado os chefes do Gabinete Civil que viveram um momento de confraternização com crianças e pais que, além de cumprimentá-los, aproveitaram para registrar com modestas máquinas fotográficas aquele momento de alegria.

Dentro do Palácio do Planalto o porta-voz da Presidência, Fernando César Mesquita, divulgava momentos antes um aviso-circular do chefe do Gabinete Civil aos ministros no qual o presidente da República determina redobrada vigilância em relação às despesas do governo federal com sua frota de carros oficiais e também com viagens dentro e fora do País.

Por ordem do presidente, os ministros devem

“abster-se da aquisição de novas viaturas e manter fiscalização no sentido de coibir o uso indevido de carros oficiais”. Segundo o porta-voz, continua havendo abusos e o aviso é na prática uma proibição da aquisição de novos carros para a frota do governo federal.

As viagens ao exterior devem ser limitadas “ao estritamente necessário” e nas missões oficiais fora do País deve ser dada preferência ao pessoal lotado nas missões diplomáticas. Nas viagens dentro do País os ministros deverão limitar o deslocamento de seus servidores para reduzir os custos em diárias e passagens aéreas. “Devem ser proibidas viagens em final de semana, a pretexto do desempenho de missões que se iniciam na segunda-feira subsequente”, diz ainda o aviso aos ministros. A ordem vale para a administração direta e indireta.

Ainda dentro do Palácio do Planalto, importante assessor do presidente José Sarney informou que brevemente serão divulgadas medidas de combate à inflação. Entre elas inclui-se a consolidação do orçamento da União, que especificará em suas rubricas o montante dos recursos do Tesouro dotados às unidades da administração federal direta, às empresas estatais e autarquias. O prazo para o envio da proposta orçamentária ao Congresso Nacional é 31 de agosto e a grande novidade é que desta vez o Congresso assumirá integralmente a responsabilidade pelos limites fixados no orçamento de 1986.

Longe das alegrias do contato direto com o povo, o presidente da República tem examinado com seus assessores e ministros da área econômica, no Planalto, o resultado do primeiro contato oficial do governo

brasileiro com os técnicos do FMI através da missão de técnicos dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Banco Central que esteve em Washington no início da semana passada.

Na última quinta-feira, ele se reuniu no início da noite com os ministros Francisco Dornelles, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento, e um dos temas centrais desse encontro foi a contenção dos gastos públicos, como informou ontem um categorizado assessor da Presidência. Este tema era obrigatório, pois, conforme a fonte, a disputa da missão brasileira com os técnicos do FMI girou basicamente em torno da fundamentação das estimativas feitas pelo governo brasileiro em relação ao déficit operacional do setor público para 1985. Essa disputa era necessária e o comportamento dos técnicos do FMI foi, conforme a fonte, o esperado.